

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará apenação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Se quisermos compreender o simbolismo da água,
 não podemos pensá-la como H₂O, mas como elemento
 fundamental indissociável de suas formas concretas: os
 4 mares, os oceanos, os rios, os lagos, os regatos, os riachos,
 as torrentes, as chuvas, as fontes, as nascentes, as praias, as
 quedas d'água, as cascatas, o gelo, o orvalho, onde se podem
 7 distinguir as águas claras, as águas correntes, as águas
 primaveris, as águas profundas, as águas dormentes, as águas
 mortas, as águas compostas, as águas doces, as águas
 10 violentas, as lágrimas. Cada uma das culturas humanas
 reserva um papel privilegiado para a água, em cada uma das
 suas formas, em cada um de seus modos de ser. Percorrer,
 13 mesmo que rapidamente, a riqueza desse material simbólico
 é impossível aqui. Digamos, muito esquematicamente, que os
 estudos da dimensão simbólica da água têm ressaltado
 16 basicamente três aspectos: a água como fonte de vida, a água
 como meio de purificação e a água como centro de
 regeneração.

José Carlos Bruni. *A água e a vida*. In: *Tempo social*, v. 5, nov./1994, p. 59 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A tese defendida pela argumentação do texto é que compreender o sentido simbólico da água vai além de sua descrição química: é considerar suas formas concretas.
- 2 O pronome em “pensá-la” (l.2) e a oração iniciada por “que” (l.14) desempenham a mesma função sintática.
- 3 As duas seqüências de enumerações, uma começando por “os mares” (l.3-4) e a outra, por “as águas claras” (l.7), têm o efeito estilístico de reforçar a idéia expressa por “riqueza desse material simbólico” (l.13).
- 4 Na linha 6, o pronome relativo “onde” tem como antecedente imediato “o orvalho” e corresponde semanticamente a **em que**.
- 5 Na linha 14, o verbo **ser** está empregado no singular para, em atendimento às regras gramaticais, concordar com o núcleo de seu sujeito, “riqueza” (l.13).

Que parte do planeta precisa ser protegida?

1 Grande parte da conservação de ecossistemas e de
 biodiversidade mundial, atualmente, se faz dentro dos limites
 de 44 mil parques e reservas, que somam 13,6 milhões de
 4 quilômetros quadrados, o equivalente aos territórios da
 China e da Índia, juntos. Se isso é suficiente para garantir a
 sobrevivência das espécies e os serviços ambientais
 7 essenciais ao planeta, é uma das questões a serem
 debatidas em Durban, na África do Sul, onde tem início o
 V Congresso Mundial de Parques, com a participação de
 10 mais de 2.500 pessoas, entre delegações governamentais e
 não-governamentais de 180 países.

De acordo com os estudos preparados para o
 13 congresso, apesar de a área nominalmente protegida ser
 grande, chegando a 12% da superfície terrestre, ainda há
 muitos parques e reservas de papel, com graves problemas de
 16 implantação. Além disso, a distribuição das unidades de
 conservação é desequilibrada em relação às concentrações de
 biodiversidade e há lacunas importantes a serem preenchidas.

Internet: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 8/9/2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 Infere-se dos dados do texto que as delegações não-governamentais são mais numerosas porque têm colaborado mais na preservação da biodiversidade que as governamentais.
- 7 Na linha 2, o emprego do pronome “se” antecedendo o verbo é permitido pelas regras da norma culta por desempenhar a função de sujeito.
- 8 Como ocorre no texto após uma vírgula, o adjetivo “juntos” (l.5) admite a dupla interpretação: (a) referir-se a “44 mil parques e reservas” (l.3), ou (b) referir-se a “territórios da China e da Índia” (l.4-5); se retirada a vírgula que o antecede, sua referência será apenas a “territórios da China e da Índia” (l.4-5).
- 9 O emprego do plural em “a serem debatidas” (l.7-8) é gramaticalmente opcional e tem como efeito de sentido enfatizar “questões” (l.7).
- 10 A expressão iniciada pelo gerúndio “chegando” (l.14) fornece uma comprovação para o argumento de “ser grande” (l.13-14).
- 11 A expressão “de papel” (l.15) é uma metonímia que abrevia a idéia de **plantação de árvores que servirão de matéria-prima para papel**.

1 Na década de 80, agricultores gaúchos invadiram o
 município de Chapada Gaúcha, em Minas Gerais, e
 derrubaram extensas áreas de mata virgem para implantar
 4 lavouras de soja. Os prejuízos ao ambiente foram tantos que,
 depois de desmatarem 30 mil hectares do cerrado, quase
 10% dos 312,3 mil hectares do município, os agricultores —
 7 assustados com a erosão e com o esgotamento das nascentes
 de água — resolveram se aliar aos ambientalistas.

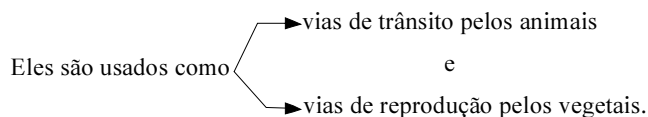
Há 18 meses buscam com técnicos da Fundação
 10 Pró-Natureza (Funatura) meios para proteger as fontes de
 águas naturais. Quatro produtores vão transformar
 3.252 hectares de suas fazendas em reservas particulares de
 13 patrimônio natural (RPPN). “As RPPN serão corredores
 ecológicos que vão unir as áreas de cerrado e o Parque
 Nacional Grande Sertão Veredas, contribuindo para
 16 preservar a cultura local”, explica o coordenador do projeto.

Corredores ecológicos são áreas que servem como
 meio de comunicação selvagem entre unidades de
 19 conservação. Eles são usados como vias de trânsito pelos
 animais e de reprodução pelos vegetais.

Cristina Ávila. *Reservas verdes*. In: *Correio
 Braziliense*, 17/5/2003, p. 15 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os seguintes itens.

- 12 As expressões “agricultores gaúchos” (l.1), “agricultores” (l.6) e “produtores” (l.11) remetem aos mesmos indivíduos e, por isso, compõem uma cadeia coesiva.
- 13 De acordo com as relações textuais, “erosão” (l.7) e “esgotamento das nascentes de água” (l.7-8) constituem dois exemplos de “prejuízos ao ambiente” (l.4).
- 14 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “Há” (l.9) por **Fazem**.
- 15 A oração iniciada por “contribuindo” (l.15) fornece uma finalidade e(ou) uma função para orações anteriores do mesmo período sintático.
- 16 A estrutura sintática da última oração do texto corresponde ao seguinte esquema:



1 **Istoé** — Como se resume o estilo de vida da classe C?

Sônia Bueno — Nós fazemos esse estudo com o
 4 objetivo de entender um pouco mais o processo de compra.
 O que a gente percebe é que as donas-de-casa da classe C
 são menos suscetíveis a promoções por quantidade, porque
 7 o orçamento apertado não permite uma compra para
 estocagem. Então tem menor peso a compra por impulso.
 Entre as donas-de-casa da classe C, 91% procuram produtos
 10 em promoções e 88% comparam preços antes de escolher a
 marca. Um número significativo, 82%, gosta de experimentar
 novas marcas. Quase 80% se limitam ao orçamento de
 13 compra e 67% concordam que o preço é o fator mais
 importante. Enfim, a gente percebe que existe uma atitude
 positiva em termos de experimentar novos produtos. É um
 16 consumidor pronto, que não tem a renda necessária para
 manter o padrão desejado.

Entrevista de Sônia Bueno, pesquisadora da Latin Panel à revista **Istoé**, 5/3/2003 (com adaptações).

Com base na entrevista acima, julgue os itens que se seguem.

- 17 Se a opção do texto fosse empregar a palavra “promoções” (l.6) de forma determinada, o uso do artigo obrigaria ao emprego do sinal indicativo de crase para se obter à.
- 18 Por sua força generalizadora, o artigo em “uma compra” (l.7) atribui, no texto, ao substantivo singular a representação de toda a espécie.
- 19 Considerando os sentidos do texto, a retirada das expressões numéricas “91%” (l.9) e “88%” (l.10) e a inserção de **a grande maioria** antes de “procuram” (l.9) preservam a coerência textual e a correção gramatical.
- 20 O último período do texto atende ao que solicita a pergunta e constitui um resumo objetivo de tudo que foi respondido.

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens subseqüentes.

- 21 O balanço financeiro demonstra a totalidade de recebimentos e de pagamentos, orçamentários e extra-orçamentários; contém, ainda, os saldos financeiros vindos do exercício anterior e os que passarão para o próximo exercício.
- 22 Restos a pagar ou resíduos passivos constituem uma rubrica com dotação própria constante do orçamento corrente, sendo a mesma subdividida em restos a pagar processados e restos a pagar não-processados.
- 23 A contabilidade pública admite a reavaliação de bens móveis e imóveis.
- 24 Cabe aos tribunais de contas alertar os poderes ou os órgãos interessados quando constatarem que o montante de despesas com pessoal extrapolou o limite prudencial, ou seja, 90% do limite estabelecido para esse gasto.
- 25 Empresa estatal dependente é qualquer empresa que receba recursos públicos repassados pelo Estado a qualquer título e que, portanto, dependa desses recursos para suas atividades empresariais.

É inexigível licitação por órgão ou entidade da administração pública para

- 26 aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca e devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação, a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- 27 contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, com vistas à prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- 28 celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

O projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004-2007 estabelece que

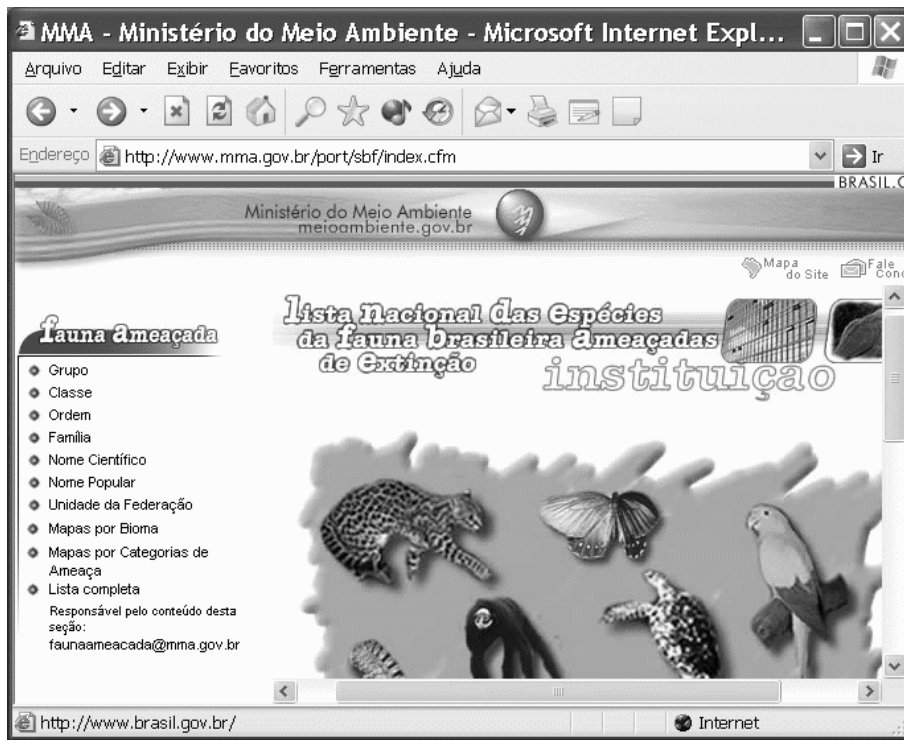
- 29 as codificações de programas e ações do plano devem ser observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que as modificarem.
- 30 a exclusão ou alteração de programas constantes da Lei do Plano Plurianual para o período de 2004-2007 ou a inclusão de novo programa devem ser propostas pelo Poder Executivo exclusivamente nos projetos de lei orçamentária anual.

A respeito do direito constitucional, julgue os itens seguintes.



- 31 Os ministros de Estado têm competência para propor ao Congresso Nacional projetos de lei que versem sobre matérias no âmbito de atuação de seu ministério.
- 32 A Constituição da República garante aos litigantes, tanto em processos judiciais quanto em processos administrativos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 33 Se uma organização não-governamental solicitar ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) informações de interesse público que possam evidenciar a ineficiência de certos programas implementados por esse ministério, o MMA terá direito de não prestar à referida organização as informações solicitadas, caso essas informações possam ser utilizadas para instruir processo judicial que tenha como objetivo impugnar atos praticados por órgãos do próprio ministério.
- 34 No âmbito da Constituição da República, para que uma propriedade rural cumpra a sua função social, é necessário que os recursos naturais nela disponíveis sejam utilizados adequadamente.
- 35 De acordo com a Constituição da República, a reparação dos danos ambientais obsta a responsabilização penal do causador do prejuízo.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do IBAMA — autarquia vinculada ao MMA.

- 36 O IBAMA é uma entidade da administração federal indireta.
- 37 O presidente do IBAMA não é hierarquicamente subordinado ao ministro de Estado do meio ambiente.
- 38 O diretor de um órgão do IBAMA somente pode revogar atos praticados por seus subordinados quando esses atos são praticados em clara desobediência a preceitos legais.
- 39 Configura exercício de poder de polícia administrativa a fiscalização realizada legalmente por agentes do IBAMA acerca de atividades de captura de mamíferos marinhos ameaçados de extinção.
- 40 O presidente da República tem competência para, mediante decreto, criar e extinguir empregos públicos no IBAMA.




Um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6, o sítio do MMA, cujo URL é <http://www.mma.gov.br>, para obter informações acerca das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. Após algumas operações nesse sítio, o usuário obteve a página Web ilustrada na figura acima, que mostra uma janela do Internet Explorer 6. Acerca do Internet Explorer 6 e de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens a seguir, considerando a figura mostrada.

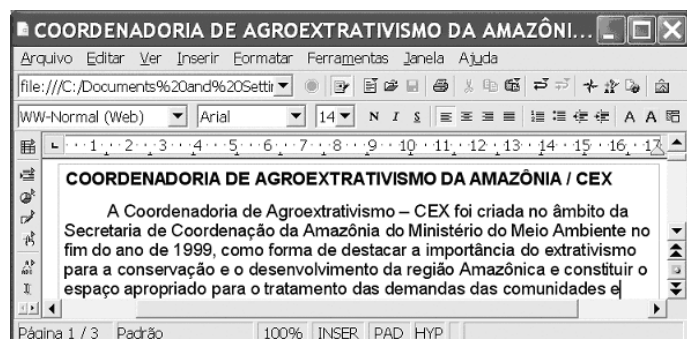
- 41 Para que o acesso à Internet descrito acima ocorresse, foi necessário instalar, no computador do usuário, um *modem*, cujo número de série define o número IP que permite que informações relacionadas a páginas Web possam chegar corretamente até o computador.
- 42 Figuras disponíveis na página Web mostrada podem ser copiadas para o *winchester* do computador a partir do qual o acesso descrito acima foi realizado.
- 43 Caso o usuário instale um *firewall* no seu computador, ele passará a contar com recursos que podem aumentar a sua segurança contra alguns tipos de ataques por vírus de computador.
- 44 Ao clicar o botão , o usuário poderá ajustar o tamanho da fonte utilizada na página mostrada, bem como realizar um *zoom* sobre as figuras e ícones mostrados na página Web.
- 45 Caso o acesso à Internet descrito acima tenha sido realizado por meio de uma rede ADSL, ao se clicar o botão , o computador será conectado à Internet também por meio de uma rede *dial-up*, caso o computador disponha de uma placa de *fax/modem*. O acesso conjunto por meio das redes ADSL e *dial-up* permite um aumento da taxa de transmissão tanto de *upload* quanto de *download* de informações da Internet, taxa que vem atingindo valores da ordem de 256 kbps.






Com o auxílio da figura acima, que mostra parte da janela de um aplicativo do Microsoft Office, julgue os itens subsequentes, no que se refere ao Microsoft Office.

- 46 Em qualquer programa do Office, para copiar um item na área de transferência, é suficiente selecionar o item que se deseja copiar e clicar Copiar no *menu* **Editar**.
- 47 Para se adicionar um atalho para um documento, é suficiente clicar Abrir no *menu* **Ferramentas**; selecionar o documento para o qual se deseja criar o atalho; clicar **Inserir** e, em seguida, clicar Adicionar a favoritos.
- 48 No aplicativo Word, para selecionar todo um documento em edição, é suficiente posicionar o ponteiro do *mouse* no início do documento; clicar o botão direito do *mouse*; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar ; e liberar a tecla **Ctrl**.
- 49 No aplicativo Excel, considerando que as células de A1 a A4 contenham valores numéricos, ao se digitar =MÉDIA(A1;A2;A3;A4) na célula B2 e, a seguir, teclar **Enter**, será exibido, na célula B2, o valor correspondente à média aritmética dos conteúdos das células de A1 a A4.
- 50 O Excel disponibiliza uma ferramenta que permite a classificação crescente de células selecionadas em uma das seguintes formas: a partir da primeira letra do alfabeto, do menor número ou da data mais antiga.

- 51 Como auxílio para a criação de novas apresentações, o PowerPoint disponibiliza modelos de estrutura que contêm esquemas de cores, *slides* e títulos mestre com a formatação personalizada e fontes estruturadas para uma determinada aparência.
- 52 No aplicativo PowerPoint, por meio do *slide* denominado *slide* secundário, é possível adicionar ou alterar as informações do cabeçalho e do rodapé que aparecem em todos os folhetos.



A figura acima mostra uma janela da ferramenta Writer, do OpenOffice 1.0.3, com um texto que está sendo editado por um usuário. Com relação a essa janela e ao OpenOffice 1.0.3, julgue os itens seguintes.

- 53 Está sendo exibida na janela do OpenOffice a página 1 do documento mostrado. Para exibir a página 2 desse mesmo documento é suficiente clicar .
- 54 Para abrir um novo documento em branco, é suficiente clicar .
- 55 Com o auxílio do botão , é possível criar e editar *hyperlinks*.

O encontro foi inédito e reuniu pelo menos 120 técnicos e pensadores em uma rede voluntária internacional de ambientalistas que discutiram alternativas e políticas que possam cooperar no desenvolvimento de projetos ecologicamente sustentáveis. Falaram sobre agroecologia, energias limpas e renováveis e educação para a sustentabilidade.

Promovido pelo MMA em parceria com o físico e teórico de sistemas Fritjof Capra, o Instituto Ecoar para a Cidadania e o Programa Brasil Sustentável e Democrático, o seminário **Diálogos para um Brasil Sustentável** poderá influenciar o conjunto do governo na elaboração de políticas públicas que levem à sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural, admitiu a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O documento final do seminário vai servir ainda de subsídio à 1.ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e será entregue ao governo brasileiro e ao diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Klaus Töpfer.

Ana Diniz. **Diálogos para um Brasil sustentável**. In: **JB Ecológico**, ano 2, n.º 20, 21/9/2003, p. 18-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os diversos aspectos concernentes à temática ambiental no Brasil e no mundo contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 56 Conquanto se saiba que a relação dos homens com a natureza acompanha a trajetória das sociedades ao longo da História, não há dúvida de que o processo evolutivo da economia contemporânea, especialmente a partir da Revolução Industrial, correspondeu a uma monumental ampliação da capacidade de produzir e à expansão de um sistema econômico fundamentalmente voltado para a produção de bens e para o capital.
- 57 O desenvolvimento de uma mentalidade ambientalista, a partir de meados do século XX, especialmente em suas três últimas décadas, foi decisivo para o surgimento de novos conceitos e idéias, os quais, de maneira geral, postulam uma nova e mais ampla concepção de desenvolvimento — o sustentável — em que interagem aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.
- 58 Uma das marcas características da sociedade contemporânea é a crescente importância das organizações não-governamentais (ONGs), em larga medida impulsionadoras de ações que os Estados se vêem obrigados a realizar, como acontece, por exemplo, na área ambiental. No Brasil, contudo, uma legislação considerada cerceadora e remanescente do chamado “entulho autoritário”, praticamente impede o trabalho dessas organizações.
- 59 Ainda que possam divergir pontualmente, os ambientalistas, em geral, defendem o investimento em políticas públicas comprometidas com a superação da miséria e com a mudança nos padrões de produção e de consumo, consideradas essenciais para um real desenvolvimento sustentável.
- 60 Energia limpa e renovável, o petróleo continua sendo o motor da industrialização contemporânea, embora, no seu conjunto, a economia globalizada dos dias de hoje não se ressinta tanto de sua escassez. Todavia, o peso específico que ainda tem em relação a determinadas atividades econômicas faz que a principal área de produção petrolífera do mundo, o Oriente Médio, permaneça como foco de tensões e de disputas por seu controle.
- 61 Relativamente ao setor agrícola, técnicos, ambientalistas e autoridades governamentais, em geral, defendem atualmente a adoção de um “capitalismo verde”, ou seja, o combate tanto às fazendas familiares, que pouco produzem, quanto ao agronegócio e às demais expressões de mentalidade empresarial no campo como forma de preservar os recursos naturais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 62** A conhecida expressão “a ONU que dá certo” remete à idéia de que a Organização das Nações Unidas (ONU), muitas vezes impedida de agir em graves situações mundiais em face das injunções e dos interesses que envolvem as grandes potências, consegue bons resultados em sua atuação em outros campos, a exemplo da educação, da cultura, da proteção à infância e da defesa do meio ambiente.
- 63** Órgão integrante da administração federal direta, o MMA é responsável, entre outras atividades, pela política nacional do meio ambiente e pela política nacional de recursos hídricos, além das políticas para a integração do meio ambiente e da produção.
- 64** A recente medida provisória editada pelo Poder Executivo, tratando da liberação do plantio de sementes transgênicas no território brasileiro, explicitou divergências de pontos de vista entre os vários interesses e áreas do conhecimento acerca do assunto.
- 65** Com poucos recursos naturais e detentor de uma biodiversidade relativamente modesta, o Brasil tem chamado a atenção da comunidade internacional por seus esforços para implantar uma política nacional de meio ambiente responsável e integrada, presente nas mais diversas ações governamentais.

Acerca da estrutura regimental do MMA, julgue os itens a seguir.

- 66** Compete à Secretaria-Executiva do MMA assistir ao ministro de Estado na supervisão das atividades do IBAMA.
- 67** Compete ao secretário-executivo elaborar o plano de ação global do Ministério e submetê-lo à apreciação do ministro de Estado.
- 68** Compete à Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) definir estratégias para a gestão integrada dos ambientes costeiro e marinho.
- 69** A SRH exerce a função de secretaria-executiva da Agência Nacional de Águas (ANA).
- 70** O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) não é autarquia vinculada ao MMA.
- 71** A Consultoria Jurídica (CONJUR) é um órgão da Advocacia-Geral da União.
- 72** Os atos que reconhecem a inexigibilidade de licitação devem ser previamente examinados pela CONJUR.
- 73** A proposição de políticas relacionadas aos organismos geneticamente modificados é de competência exclusiva da Subsecretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS).
- 74** Compete à Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) a realização dos estudos relativos à contabilidade e à valoração econômica de recursos naturais.
- 75** O secretário de biodiversidade e florestas não é a autoridade do MMA competente para coordenar o processo de captação de recursos de fontes internacionais para a realização de projetos de conservação da biodiversidade.

Introduzidas no ordenamento jurídico pela Constituição da República de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente sobre a matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 76** É vedada a destinação de recursos a entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorização em lei específica ou destinada a entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública federal, de programas e ações prioritários que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.
- 77** É vedada a destinação de recursos a título de auxílios para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam cadastradas junto ao MMA, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras.
- 78** São transferências voluntárias as descentralizações de recursos a estados, Distrito Federal (DF) e municípios que se destinem à realização de ações cuja competência seja exclusiva da União ou que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para a União.
- 79** Cada ministério manterá na Internet relação atualizada dos entes que apresentarem motivos de suspensão ou impedimento de transferências voluntárias.
- 80** Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, para as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, devem ser indicadas as respectivas leis que definiram encargo inferior ao custo de captação.
- 81** São vedadas as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- 82** Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional somente na segunda quinzena de maio e na primeira quinzena de outubro.
- 83** Devem acompanhar os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre o atingimento dos indicadores dos programas de governo.

A Lei n.º 10.520/2002 instituiu, no âmbito da União, estados, DF e municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, modalidade de licitação denominada pregão. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes, tendo como base a lei supracitada.

- 84** É vedado adotar a modalidade de pregão para a realização de compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- 85** O pregão poderá ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.
- 86** Será facultada, nos termos de regulamentos próprios da União, estados, DF e municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão.
- 87** A autoridade competente designará, entre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- 88** As funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio não podem ser desempenhadas por militares, em face de incompatibilidade com o respectivo estatuto profissional.
- 89** No pregão, qualquer que seja o valor estimado da contratação, a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas e lances em sessão pública, vedada sua utilização na contratação de serviços de transporte de valores e de segurança privada e bancária.

Os requisitos básicos para investidura em cargo público no Governo Federal incluem

- 90** a nacionalidade brasileira.
- 91** o gozo dos direitos políticos.
- 92** a quitação com as obrigações militares e eleitorais, exceto no caso de menores de 18 anos de idade.
- 93** o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- 94** o perfil psicológico adequado ao cargo.

A Lei n.º 9.637/1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades nela mencionados e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Para que as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, habilitem-se à qualificação de organização social, é necessário comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo acerca

- 95** da natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação.
- 96** da finalidade lucrativa vinculada à obrigatoriedade de investimento de 50% de seus lucros financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.
- 97** da constituição como órgãos de deliberação superior e de direção, de um conselho de administração e de uma diretoria, definidos nos termos do estatuto e asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas em lei.
- 98** de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- 99** da composição e das atribuições da diretoria.
- 100** da obrigatoriedade de publicação anual, via Internet, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- 101** da aceitação de novos associados, no caso de associação civil, na forma do estatuto.
- 102** de regras para a distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- 103** de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos estados, do DF ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

A Lei n.º 9.790/1999 dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), institui e disciplina o termo de parceria. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem, tendo como base a Lei n.º 9.790/1999.

- 104** Podem qualificar-se como OSCIP quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, desde que sem fins lucrativos.
- 105** É vedada a participação de servidores públicos na composição de conselho de OSCIP.
- 106** Perde-se a qualificação de OSCIP a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual sejam assegurados ampla defesa e o devido contraditório.
- 107** Vedado o anonimato e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer partido político, associação ou sindicato, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de uma OSCIP.
- 108** Termo de parceria — instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP — é destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
- 109** Os responsáveis pela fiscalização do termo de parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, devem dar imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.
- 110** O Ministério Público da União permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às OSCIP.

Com base nas disposições da Lei n.º 9.605/1998, relativas aos ilícitos contra a fauna, julgue os itens a seguir.

- 111** A guarda de espécimes da fauna silvestre constitui infração administrativa, configurando também crime, desde que fique caracterizada sua destinação comercial.
- 112** A manutenção de animais silvestres em cativeiro com base em licença de órgão ambiental não configura o tipo penal, ainda que a outorga decorra de autoridade legalmente incompetente.
- 113** A condenação por crime contra a flora exclui a possibilidade de indenização pelo dano ambiental causado, em razão da impossibilidade legal de dupla apenação com base no mesmo fato (*non bis in idem*).
- 114** A mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, para fins de investigação científica, constitui crime, salvo se não existirem recursos alternativos para a realização do objeto da pesquisa.
- 115** A caracterização do crime de pesca proibida depende de ato administrativo editado pelo órgão ambiental competente, disciplinando os períodos proibidos ou os locais interditados para essa atividade.

Julgue os itens seguintes, relativos aos crimes ambientais e à promoção de responsabilidade penal.

- 116** O tipo do crime de poluição previsto no art. 54 da Lei n.º 9.605/1998 se corporifica quando a atividade poluidora alcança níveis tais que causem ou possam causar danos à saúde humana ou provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, ainda que o empreendimento esteja autorizado pela administração.
- 117** O ato de ingressar em unidade de conservação portando instrumento próprio para caça, sem licença da autoridade, configura tentativa de crime, cuja consumação depende da ocorrência de efetivo resultado lesivo ao meio ambiente.

Comparando o tipo penal do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998 — provocar incêndio em mata ou floresta — com a contravenção penal prevista no art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965 — fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas —, julgue os itens que se seguem.

- 118** A figura delitiva do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998, por ser mais ampla, sempre englobará a conduta prevista no art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965.
- 119** Uma queimada que se torna descontrolada, assumindo a proporção de um incêndio florestal, constitui uma conduta delitiva prevista no art. 41 da Lei n.º 9.605/1998.
- 120** A norma do art. 41 da Lei n.º 9.605/1998 é posterior à regra do art. 26, letra e, da Lei n.º 4.771/1965, operando-se a revogação tácita, razão por que o indivíduo é punido apenas com base naquele artigo da Lei n.º 9.605/1998.

Tendo em vista o capítulo do meio ambiente na Constituição da República de 1988, julgue os itens seguintes.

- 121** A Constituição consagra o princípio da equidade intergeracional reconhecendo a importância do equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações.
- 122** Em se tratando de dano ambiental causado por pessoa jurídica, a Constituição admite a responsabilização penal, independentemente da obrigação de reparação.
- 123** O dever de defender e preservar o meio ambiente sadio incumbe primacialmente ao poder público e subsidiariamente à comunidade, à qual compete exigir de seus governantes a adoção de políticas públicas eficazes para a adequada proteção ambiental.

- 124** A floresta Amazônica brasileira está legalmente definida como patrimônio nacional, sendo, pois, bem público pertencente à União, devendo ser assegurado o seu uso sustentado.
- 125** A Constituição da República consagra a responsabilidade civil objetiva para os casos de danos decorrentes de exploração mineral.
- 126** A Constituição autoriza o poder público a instituir unidades de conservação em todo o território nacional, as quais se submetem a regime especial de fruição e de modificabilidade.

Acerca do sistema nacional de unidades de conservação (SNUC), julgue os itens a seguir.

- 127** A presença de populações tradicionais em quaisquer unidades de conservação acarreta o dever do Estado de removê-las e indenizar suas benfeitorias, em prol da preservação dos atributos naturais que justificaram a criação da unidade.
- 128** A reserva biológica é uma unidade de conservação de proteção integral, podendo ser instituída em áreas pertencentes a particulares, as quais, neste caso, deverão ser desapropriadas.
- 129** Por se tratar de área privada e com ônus de perpetuidade, a reserva particular do patrimônio natural só pode ser instituída em caso de expressa manifestação de vontade do proprietário, mas a criação dessa unidade de conservação sempre dependerá da constatação, pelo órgão ambiental, de interesse público na conservação da diversidade biológica.

Em relação ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental, julgue os seguintes itens.

- 130** O licenciamento ambiental nem sempre dependerá de estudo de impacto ambiental, mas quando exigível, caberá ao poder público velar por sua publicidade, de modo a assegurar a aplicação do princípio da participação comunitária.
- 131** Sendo comum a competência para proteger o meio ambiente, nos termos da Constituição da República (art. 23, VI), ao legislador infraconstitucional é proibido repartir as atribuições nessa área entre os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, os quais deverão atuar sempre em parceria.
- 132** A outorga de licença de operação pelo órgão competente, após estudo de impacto ambiental, gera direito adquirido ao desempenho da atividade pelo empreendedor, no prazo nela previsto, sendo vedado à administração revogá-la.
- 133** A remuneração dos técnicos contratados pelo empreendedor para elaboração de EIA/RIMA é custeada com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, tendo em vista o interesse público que norteia tal atividade.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos recursos hídricos.

- 134** Como diretriz da política nacional dos recursos hídricos, a gestão das águas é feita de forma centralizada pelo poder público, haja vista a necessidade de ser melhor controlada a crescente escassez desse bem.
- 135** As águas subterrâneas são de domínio público federal, constituindo infração a perfuração de poços sem a devida autorização.
- 136** Apesar de ser de domínio público, o uso da água nem sempre dependerá de outorga do poder público.

Em relação às áreas de preservação permanente, julgue os itens subseqüentes.

- 137** A supressão de vegetação em área de preservação permanente só pode ser autorizada em caso de utilidade pública e desde que inexista alternativa técnica locacional ao empreendimento proposto. A supressão dependerá, obrigatoriamente, de estudo de impacto ambiental circunstanciado, com proposta de medidas mitigadoras ou compensatórias.
- 138** As áreas de preservação permanente podem estar inseridas em bens de domínio público ou particular, atuando, neste último caso, como limitação intrínseca ao direito de propriedade.
- 139** A vegetação existente no entorno de reservatórios artificiais não está sujeita a regime de preservação permanente, em razão do caráter não-natural dessa acumulação de água.
- 140** Nos termos da Lei n.º 4.771/1965, há duas categorias de áreas de preservação permanente: uma que é criada diretamente pelo Código Florestal e outra que depende ainda de declaração formal da administração.

São apresentados abaixo trechos do Edital n.º 2/2002, do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) referentes às características obrigatórias dos projetos que concorreram à chamada II — Implantação de Planos de Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha.

“Os projetos devem:

(...)

- c) desenvolver estratégias para gestão e uso sustentável dos recursos naturais;
- d) estabelecer parcerias, envolvendo todos os usuários diretos dos recursos pesqueiros para aquela área, podendo ser exceção os consumidores. Em áreas onde há conflito de uso entre usuários diretos e indiretos, os usuários indiretos também deverão ser envolvidos no processo de gestão;
- e) prever a formação de uma instância participativa de discussão dos problemas ambientais e pesqueiros, com representatividade dos usuários dos recursos pesqueiros, visando desencadear o processo de mobilização social para a cobrança às instâncias responsáveis pela resolução dos problemas relacionados ao uso dos recursos pesqueiros;
- f) prever a capacitação das comunidades e dos técnicos envolvidos, visando sua participação no processo de gestão participativa.”

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca de políticas públicas na área ambiental.

- 141** O edital acima está inserido no contexto da política de financiamento de projetos por meio de demanda espontânea, uma das formas de atuação do FNMA.
- 142** A essência desse edital se encontra referenciada nos compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio’92).
- 143** O conceito de sustentabilidade, que subjaz ao edital, não integrava o vocabulário corrente da Conferência de Estocolmo em 1972, mas foi largamente empregado durante a Rio’92, consolidando-se no final do século passado como um termo de grande aceitação.
- 144** O edital é expressão de uma política pública voltada para a inclusão social, comprometida com o empoderamento de comunidades.
- 145** Em relação a políticas públicas, os projetos com maior número de parceiros institucionais devem ser melhor pontuados, por expressarem justamente a capacidade de articulação e de mobilização na região.

Os projetos submetidos a apreciação, nos termos do Edital n.º 2/2002, do FNMA, foram avaliados pela qualidade do projeto, pela qualificação da instituição proponente e seus parceiros e em função das estratégias relacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Especificamente neste quesito, o referido edital avaliava se o projeto apresentava “articulação e compatibilização com outros programas ou projetos, em nível federal, estadual ou municipal, que considerem a gestão das zonas costeira e(ou) marinha e(ou) contenham estratégias para conservação da biodiversidade aquática” e se estava situado em área de extrema importância biológica, insuficientemente conhecida, ou de alta importância biológica, conforme o documento Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade das Zonas Costeira e Marinha, do MMA (2002). O período de recebimento dos projetos foi de novembro de 2002, quando foi lançado o edital, até 17/4/2003.

A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 146** O edital evidencia desarticulação entre políticas de governo, segmentadas em setores específicos e não-comunicantes entre si da pasta ministerial.
- 147** A decisão pela aprovação final dos projetos no âmbito do referido edital foi tomada por um corpo técnico-científico qualificado, o que confere caráter eminentemente técnico a esse processo no FNMA.
- 148** O FNMA, na condição de fundo setorial do meio ambiente, privilegia os projetos na área costeira em razão do recebimento de *royalties* relativos à venda de petróleo.
- 149** O IBAMA, por ser órgão de governo, não pode ser proponente nem instituição parceira em projetos submetidos ao FNMA.

A orientação estratégica do governo para o PPA 2004-2007 contém o megaobjetivo II: crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais. Acerca desse assunto, julgue o item a seguir.

- 150** O megaobjetivo mencionado prevê melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.